



TERMO DE COMPROMISSO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE-SEMA/MT E A SPE SANTA LÚCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A, OBJETIVANDO O CUMPRIMENTO DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL DESTINADA A APA MUNICIPAL ARICÁ AÇU E AO PARQUE ESTADUAL SERRA DE RICARDO FRANCO, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE (MT).

A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE - SEMA/MT, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.507.415/0023-50, com sede na Rua "C" esquina com a Rua "F", Palácio Paiaguás, Centro Político e Administrativo - CPA, nesta Capital, representada pelo seu Assessor Chefe, através da Portaria nº 387 de 03 de maio de 2016, **RODRIGO QUINTANA FERNANDES**, brasileiro, casado, portador do RG nº. 111.455-79 SJ/MT e do CPF nº 706.289.201-72, residente e domiciliado na Avenida Filinto Muller, nº 1.031 - Apartamento 1.602, Bairro Quilombo, nesta Capital, doravante denominada **SEMA**, e a empresa **SPE SANTA LÚCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 24.081.843/0001-28, com sede na Rua Joaquim Floriano, nº 1120, 4º andar, sala 42-C, Bairro Itaim Bibi, CEP 04534-004, São Paulo - SP, neste ato representada por seu procurador, **WALFREDO BORGES DE MELO**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 559.726-SSP-GO, inscrito no CPF sob nº 124.474.801-30, residente e domiciliado na Rua João Severiano da Fonseca nº 295, Apto 701, Bairro Araés, nesta Capital, doravante denominada **SPE SANTA LÚCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**, tendo em vista o que consta no Parecer Técnico nº 107033/CLEIA/SUIMIS/2017, e;

Considerando que compete ao Poder Público defender e preservar o Meio Ambiente, nos termos do art. 225, parágrafo 3º da Constituição Federal de 1988, artigos 2º e 3º da Lei Federal n.º 6.938/81, art. 36 da Lei Federal n.º 9.985/00 e artigos 31 e 34 de Decreto Federal n.º 4.340/02;

Considerando que o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras são instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, de acordo com artigo 9º da Lei Federal n.º 6.938/81;

Considerando que a construção, instalação, ampliação e funcionamento de atividades utilizadoras de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como qualquer outra que causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão competente, em obediência ao artigo 10 da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente;



Considerando que é de competência da **SEMA** proceder ao licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades com significativo impacto ambiental em âmbito estadual, nos termos do artigo 18 c/c com o artigo 23 do Código Estadual do Meio Ambiente;

Considerando que o controle, monitoramento e a fiscalização das atividades efetiva ou potencialmente poluidoras ou degradadoras da natureza, são instrumentos da Política Estadual do Meio Ambiente, de acordo com o artigo 11, inciso VI do Código Estadual do Meio Ambiente;

Considerando que a Lei Federal n.º 9.985/2000, estabeleceu, para empreendimentos de significativo impacto ambiental, a exigência de o empreendedor apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do grupo de proteção integral, cuja forma de cumprimento foi regulamentada pelo Decreto Federal n.º 4.340/2002, alterado pelo Decreto n.º 6.848/09;

Considerando que a **SPE SANTA LÚCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**, possui a Licença Prévia n.º 308090/2017, com base nos elementos contidos no Processo de Licenciamento n.º 260509/2016, e no Parecer Técnico n.º 107033/CLEIA/SUIMIS/2017; e,

Considerando a necessidade de implementação da compensação segundo os termos de compensação definidos no Estudo de Impacto Ambiental aprovado.

RESOLVEM:

Celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL**, com força de título executivo extrajudicial, nos termos das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Como medida compensatória pelo impacto ambiental provocado pelas obras de instalação da Linha de Transmissão de 500kV com extensão de 354,9 km, SE Jauru e SE Cuiabá, empreendida pela **SPE SANTA LÚCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**, consoante no Processo de Licenciamento Ambiental n.º 260509/2016 e com base no disposto no artigo 36 da Lei Federal n.º 9.985/00, constitui objeto do presente **TERMO** a contratação de Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica - STPJ para: produção de material de difusão ambiental destinadas a APA Municipal Aricá Açu e avaliação do valor de mercado de propriedades rurais (posses e títulos) inseridas no Parque Estadual Serra de Ricardo Franco com base no levantamento ocupacional e cartorial/títulos



expedidos/mapeamento das situações existentes a ser fornecido pela SEMA-MT; e aquisição de terras.

PARÁGRAFO ÚNICO: O cronograma de execução do objeto deste TERMO encontra-se descrito no Plano de Trabalho abaixo e no Anexo I, que constitui parte integrante deste.

1 - DADOS:

Empreendedor				CNPJ	
SPE SANTA LÚCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.				24.081.843/0001-28	
Endereço					
Rua Joaquim Floriano, nº 1120, 4º andar, sala 42-C, Bairro Itaim Bibi.					
Cidade	UF	CEP	DDD - Telefone	DDD - FAX	
São Paulo	SP	04534-004			
Empreendimento					
Linha de Transmissão de 500kV com extensão de 354,9 km, SE Jauru e SE Cuiabá					
Valor da Compensação					
R\$ 2.247.824,75 (dois milhões, duzentos e quarenta e sete mil, oitocentos e vinte e quatro reais e setenta e cinco centavos).					

2 - DESTINAÇÃO DOS RECURSOS:

Gestor da UC	UC	EA*	Município	UF	Valor Destinado (R\$)
SEMA-MT	Parque Estadual Serra de Ricardo Franco	EST	Vila Bela da Santíssima Trindade	MT	2.147.376,99
SEMA-MT	APA Municipal Aricá Açu	MUN	Cuiabá	MT	100.477,76
TOTAL					2.247.824,75

*FED (Federal); EST (Estadual); MUN (Municipal)

3 - PLANO DE TRABALHO E CRONOGRAMA GERAL DE EXECUÇÃO:

UC BENEFICIADA	AÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR TOTAL - R\$	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
				ÍNICIO	FIM



Parque Estadual Serra de Ricardo Franco	Regularização o Fundiária	<ul style="list-style-type: none"> Contratar Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica - STPJ para realizar trabalho de avaliação do valor de mercado de propriedades rurais (posses e títulos) inseridos no Parque com base no levantamento ocupacional e cartorial/títulos expedidos/mapeamento das situações existentes a ser fornecido pela SEMA-MT 	200.000,00	2018	2019
Parque Estadual Serra de Ricardo Franco	Regularização o Fundiária	<ul style="list-style-type: none"> Adquirir e transferir de forma gratuita mediante doação ao Estado de Mato Grosso, área de terras localizadas no interior do Parque em conformidade com o resultado das avaliações do valor de mercado das propriedades rurais (posses e títulos), devendo as terras adquiridas estarem livres de qualquer ônus. 	1.947.376,99	2018	2019
		<ul style="list-style-type: none"> Efetuar os pagamentos pela aquisição da área de terras localizadas no interior do Parque, diretamente aos proprietários, mediante a assinatura de Escrituras Públicas de Aquisição no cartório da circunscrição da área; Efetuar o pagamento de todas as despesas cartoriais que se fizerem necessárias a fiel execução do objeto deste Plano de Trabalho 			
APA Municipal Aricá Açu	Educação Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> Produção de material de difusão ambiental. 	100.477,76	2018	2019

OBS- A especificação detalhada das ações mencionadas acima serão detalhados pela Coordenadoria de Unidades de Conservação/Gerencia de Regularização Fundiária e/ou em conjunto com outras setores da SEMA, após a conclusão dos trabalhos de levantamento ocupacional e cartorial/títulos expedidos/mapeamento das situações existentes em execução pela SEMA, através do Programa MT Sustentável/ Fundo da Amazônia , com previsão de finalização para o ano de 2018.



CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

O valor da Medida Compensatória, objeto deste TERMO corresponde a R\$ 2.247.824,75 (dois milhões, duzentos e quarenta e sete mil, oitocentos e vinte e quatro reais e setenta e cinco centavos), de acordo com o Parecer Técnico nº 107033/CLEIA/SUIMIS/2017.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O cronograma de desembolso da Medida Compensatória deste TERMO encontra-se descrito no Plano de Trabalho – Anexo I, que constitui parte integrante deste.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Todos os procedimentos administrativos para o cumprimento da Compensação Ambiental e aplicação dos recursos da Medida Compensatória, deverão ser previamente autorizados pela Câmara Técnica de Compensação Ambiental, criada pelo Decreto n.º 2.594, de 13 de novembro de 2014.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Remanescendo algum valor do total estipulado acima, após a execução das atividades previstas no Cronograma de Execução – Anexo I, este poderá ser utilizado em outras atividades, mediante autorização expressa da SEMA, com anuência da Câmara Técnica de Compensação,

CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTES TERMOS

Para melhor caracterização do objeto deste TERMO, e das obrigações das partes, consideram-se peças integrantes e complementares deste instrumento, independente de anexação, os seguintes documentos:

ANEXO I – Cronograma de Execução; Desembolso e Plano de Trabalho;

ANEXO II – Licença Prévia nº 308090/2017;

ANEXO III – Parecer Técnico nº 107033/CLEIA/SUIMIS/2017;

ANEXO IV – Parecer Técnico nº 053/SUBIO /CUCO /2017

ANEXO V – Ata da 1ª Reunião Ordinária da Câmara de Compensação Ambiental, de 25 de abril de 2017.

ANEXO VI – Procuração com poderes específicos em nome do Sr. Walfredo Borges de Melo, RG e CPF

ANEXO VIII- Ato constitutivo da Empresa SPE SANTA LÚCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A., com registro na Junta Comercial, para que se comprove a legitimidade do representante legal a assinar o Termo.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA SANTA LÚCIA TRANSMISSORA S.A.



Como medidas mitigadoras e compensatórias do impacto ambiental causado pela implantação da LT de 500kV SE Jauru e SE Cuiabá, conforme Parecer Técnico nº 107033/CLEIA/SUIMIS/2017 a **SPE SANTA LÚCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.** se obriga a:

- a) Contratar Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica - STPJ para avaliação do valor de mercado de propriedades rurais (posses e títulos) inseridos no Parque Estadual Serra de Ricardo Franco com base no levantamento ocupacional e cartorial/títulos expedidos/mapeamento das situações existentes a ser fornecido pela SEMA-MT;
- b) Adquirir e transferir de forma gratuita, mediante doação ao Estado de Mato Grosso, área de terras localizadas no interior do Parque Estadual Serra de Ricardo Franco, em conformidade com o resultado das avaliações do valor de mercado das propriedades rurais (posses e títulos), devendo, as terras adquiridas, estar livres de qualquer ônus, devendo ser observado o procedimento estabelecido pelo §2 do art. 11 do Decreto n. 2.594/14;
- c) Designar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação deste TERMO, 01 (um) técnico responsável, com poderes de decisão pela. **SPE SANTA LÚCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**, para integrar a Comissão de Acompanhamento da SEMA;
- d) Citar obrigatoriamente a participação da SEMA na divulgação das ações objeto deste TERMO;
- e) Facilitar, ao máximo, a atuação e supervisão da SEMA, facultando-lhe sempre que solicitado, o mais amplo acesso às informações e documentos relacionados com a execução do objeto deste TERMO, especialmente no que concerne à auditoria dos documentos referentes às realizações das despesas;
- f) Apresentar à SEMA a prestação de contas referentes à utilização dos recursos da Medida Compensatória prevista neste TERMO;
- g) Apresentar relatório de execução financeira até 30 (trinta) dias após a realização da atividade prevista no Plano de Trabalho - Anexo I, encaminhando cópias à SEMA;
- h) Realocar, desde que aplicados em Unidade de Conservação, mediante processo administrativo, os recursos não utilizados na execução do objeto deste TERMO, conforme indicação da SEMA e anuência da



Câmara de Compensação Ambiental.

PARÁGRAFO ÚNICO: Todos os custos decorrentes das obrigações pactuadas nesta Cláusula correrão exclusivamente às expensas da **SPE SANTA LÚCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA SEMA

Para subsidiar a execução do presente Termo de Compromisso de Compensação Ambiental, a **SEMA** se obriga a:

- a) Disponibilizar para a **SPE SANTA LÚCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.** o levantamento ocupacional e cartorial/títulos expedidos/mapeamento das situações existentes das propriedades rurais (posses e títulos) inseridos no Parque estadual Serra de Ricardo Franco;
- b) A Licença de Operação - LO - somente será expedida após a quitação da compensação.
- c) Criar uma Comissão de Acompanhamento, que terá caráter consultivo e fiscalizatório, composta por 03 (três) integrantes, sendo 02 (dois) de seu quadro pessoal e 01 (um) da **SPE SANTA LÚCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**;
- d) Aprovar expressamente as realocações dos recursos não utilizados pela **SPE SANTA LÚCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**;
- e) Dar quitação da Medida Compensatória à **SPE SANTA LÚCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.** após análise e aprovação conclusiva do Relatório Final de Execução do objeto deste **TERMO**; e,
- f) Designar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação deste **TERMO**, 02 (dois) técnicos responsáveis, com poderes de decisão, para integrar a Comissão de Acompanhamento da **SEMA**.

CLÁUSULA SEXTA - DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

Será criada uma Comissão de Acompanhamento, para gerenciamento técnico-operacional, que terá caráter consultivo e fiscalizatório, responsável pelo cumprimento das atividades originadas neste **TERMO**, sendo composta por 03 (três) integrantes, nomeados mediante Portaria, sendo 02 (dois) indicados pela **SEMA** e 01 (um) pela **SPE SANTA LÚCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**



PARÁGRAFO ÚNICO: A Comissão de Acompanhamento deverá supervisionar a execução das atividades do presente **TERMO**, avaliando seus resultados e reflexos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

Fica assegurado à **SEMA** o direito de fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, sem prejuízo das prerrogativas do Poder de Polícia a ser por ela exercido, como decorrência da aplicação das legislações ambientais federal e estadual.

CLAUSULA OITAVA - DA INADIMPLÊNCIA

O não cumprimento, pela **SPE SANTA LÚCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**, dos prazos e obrigações sob sua responsabilidade, constantes deste **TERMO**, importará, sem prejuízo das demais sanções penais e administrativas cabíveis:

- a) a obrigação de reparação de eventual dano ambiental decorrente do descumprimento deste instrumento;
- b) o cancelamento das Licenças Prévia nº 308090/2017 e de Instalação;
- c) a execução judicial deste **TERMO** através da Subprocuradoria-Geral de Defesa do Meio Ambiente.

PARÁGRAFO ÚNICO: O disposto no presente **TERMO** não elide a imposição de sanção administrativa pela **SEMA** sempre que se verificar descumprimento de quaisquer das cláusulas sob responsabilidade da **SPE SANTA LÚCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**, ou infrações as normas ambientais.

CLÁUSULA NONA - DA PENALIDADE

O descumprimento das obrigações avençadas no Presente Termo de Compromisso de Compensação Ambiental por parte da **SPE SANTA LÚCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.** implicará no pagamento de multa de 10% do valor destinado a compensação ambiental (R\$ 224.782,47 (duzentos e vinte e quatro mil, setecentos e oitenta e dois reais e quarenta e sete centavos)), nos moldes do artigo 83 do Decreto Federal nº 6.514/2.008.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTE

Os recursos a serem aplicados durante a vigência deste **TERMO** serão reajustados conforme variação anual da taxa **SELIC**, bem como todos os



valores não executados no exercício previsto no cronograma de execução financeira.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DIVULGAÇÃO

A divulgação dos atos, ações e atividades do presente TERMO deverão ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dele não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES DAS CLÁUSULAS

Quaisquer alterações na sistemática das atividades ajustadas neste TERMO dependerão de prévia concordância das partes, por escrito, mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O presente TERMO terá prazo de vigência de 02 (dois) anos, a contar da publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, podendo ser prorrogado através de Termos Aditivos, mediante expressa concordância das partes, com antecedência de 30 (trinta) dias do término do prazo de vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DA PUBLICAÇÃO

A SEMA providenciará às suas expensas a publicação do extrato deste Termo de Compromisso, no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso - DOE\MT, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, na forma estipulada na Lei Federal n.º 8.666/93, como condição indispensável para sua eficácia.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DA QUITAÇÃO

Após a comprovação da execução do objeto deste Instrumento pela SPE SANTA LÚCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A., a SEMA dará a completa e irretratável quitação formal do cumprimento da Medida Compensatória ajustada neste Termo, nada mais podendo ser exigido a esse título.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Cuiabá para dirimir eventuais litígios oriundos deste instrumento, renunciando, as partes, a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

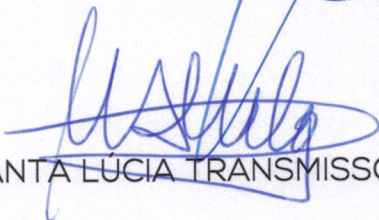


E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produzam os legítimos efeitos de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas, que abaixo subscrevem.

Cuiabá, 17 de maio de 2017.


RODRIGO QUINTANA FERNANDES

Assessor Chefe
Portaria nº 387/2016
Estado de Mato Grosso


SPE SANTA LÚCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Testemunhas:

1)
CPF n.º

2)
CPF n.º



1 - DADOS:

Empreendedor				CNPJ	
SPE SANTA LÚCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.				24.081.843/0001-28	
Endereço					
Rua Joaquim Floriano, nº 1120, 4º andar, sala 42-C, Bairro Itaim Bibi.					
Cidade	UF	CEP	DDD - Telefone	DDD - FAX	
São Paulo	SP	04534-004			
Empreendimento					
Linha de Transmissão de 500kV com extensão de 354,9 km, SE Jauru e SE Cuicabó					
Valor da Compensação					
R\$ 2.247.824,75 (dois milhões, duzentos e quarenta e sete mil, oitocentos e vinte e quatro reais e setenta e cinco centavos).					



2 - DESTINAÇÃO DOS RECURSOS:

Gestor da UC	UC	EA*	Município	UF	Valor Destinado (R\$)
SEMA-MT	Parque Estadual Serra de Ricardo Franco	EST	Vila Bela da Santíssima Trindade	MT	2.147.376,99
SEMA-MT	APA Municipal Aricá Água	MUN	Cuibá	MT	100.477,76
TOTAL					2.247.824,75
*FED (Federal); EST (Estadual); MUN (Municipal)					

3 - PLANO DE TRABALHO E CRONOGRAMA GERAL DE EXECUÇÃO:

UC BENEFICIADA	AÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR TOTAL - R\$	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
				INÍCIO	FIM
Parque Estadual Serra de Ricardo Franco	Regularização o Fundiária	<ul style="list-style-type: none"> Contratar Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica - STPJ para realizar trabalho de avaliação do valor de mercado de propriedades rurais (posses e títulos) inseridos no Parque com base no levantamento ocupacional e cartorial/títulos expedidos/mapeamento das situações existentes a ser fornecido pela SEMA-MT 	200.000,00	2018	2019

[Handwritten signature]



Parque Estadual Serra de Ricardo Franco	Regularização o Fundiária	<ul style="list-style-type: none"> Adquirir e transferir de forma gratuita mediante doação ao Estado de Mato Grosso, área de terras localizadas no interior do Parque em conformidade com o resultado das avaliações do valor de mercado das propriedades rurais (posses e títulos), devendo as terras adquiridas estarem livres de qualquer ônus. 			
		<ul style="list-style-type: none"> Efetuar os pagamentos pela aquisição da área de terras localizadas no interior do Parque, diretamente aos proprietários, mediante a assinatura de Escrituras Públicas de Aquisição no cartório da circunscrição da área; Efetuar o pagamento de todas as despesas cartoriais que se fizerem necessárias a fiel execução do objeto deste Plano de Trabalho Produção de material de difusão ambiental. 	1.947.376,99	2018	2019
APA Municipal Aricá Açu	Educação Ambiental		100.477,76	2018	2019

SEMA
SECRETARIA DE
ESTADO DE
MEIO AMBIENTE



GOVERNO DE
MATO GROSSO
ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO

*55 65 3613.7200 / 3613.7399
RUA C - ESQUINA COM RUA F - CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO - CPA
78049-913 - CUIABÁ - MATO GROSSO

MATO GROSSO. ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO.

WWW.MT.GOV.BR

OBS- A especificação detalhada das ações mencionadas acima serão detalhados pela Coordenadoria de Unidades de Conservação/Gerencia de Regularização Fundiária e/ou em conjunto com outros setores da SEMA, após a conclusão dos trabalhos de levantamento ocupacional e cartorial/títulos expedidos/mapeamento das situações existentes em execução pela SEMA, através do Programa MT Sustentável/ Fundo da Amazônia , com previsão de finalização para o ano de 2018.


MX